

# Carolina Maria de Jesus vive em nós: reflexos e reflexões dos 10 anos de cotas na Unilab, Ceará

ANA MARIA EUGENIO DA SILVA 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |  
Redenção, CE, Brasil  
anaeugenio.v@gmail.com

GEYSE ANNE SOUZA DA SILVA 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |  
Redenção, CE, Brasil  
geyseannedasilva@gmail.com

DAYANE DA SILVA MOREIRA 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira |  
Redenção, CE, Brasil  
dayanemoreira.as@gmail.com

**DOI** 10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206786

**resumo** O trabalho traz contribuições e reflexões acerca dos dez anos de cotas e seus múltiplos desdobramentos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Tais diálogos ocorrem a partir das produções (filme, poesias, artigos e roda de conversa) das autoras influenciadas por Carolina Maria de Jesus e seu modo de utilizar a escrita como forma de denunciar as diversas fomes a qual foi submetida. Os debates sobre a importância das cotas, desdobramentos, desafios e perspectivas no ensino superior são pautas latentes no dia a dia dos estudantes unilabianos, em particular, no cotidiano das autoras que atuam em diversas frentes como: Movimento Negro, Movimento Quilombola e nos grupos de estudo e pesquisas ao qual estão inseridas. Assim, nós, Carolinas, também utilizamos as nossas escritas-denúncias como forma de luta e resistência para enfrentar e combater as desigualdades, alimentadas pelo modo operante do epistemicídio em nossas vidas.

**palavras-chave** Cotas. Carolina Maria de Jesus. Unilab. Mulheres Negras

**Carolina Maria de Jesus lives on us: rethinking and reshaping Law of Quotas in Unilab, Ceará**

**abstract** The essay aims to contribute to the reflections about the ten years of quotas and their multiple developments at the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Lusophony. Such dialogues are based on the productions (film, poetry, articles and conversation circle) of the authors influenced by Carolina Maria de Jesus and her way of using writing as a way to denounce the various famines to which she was submitted. The debates about the importance of quotas, developments, challenges and perspectives in higher education are latent in the daily life of Unilabian students, in particular, in the daily life of the authors who work in several fronts such as: Black Movement, Quilombola Movement and in the study and research groups to which they belong. Thus, we, Carolinas, also use our writing-denunciations as a form of struggle and resistance to confront and combat inequalities, fed by the operating mode of epistemicide in our lives.

**keywords** Carolina Maria de Jesus, Racial quotas, Unilab, Black women.



e206786

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206786>

## Introdução

Não digam que eu fui rebotinho,  
Que vivia à margem da vida  
Digam que eu procurava por trabalho  
Mas sempre fui preterida.  
Digam ao meu povo brasileiro  
Que o meu sonho era ser escritora,  
Mas eu não tinha dinheiro  
Pra pagar uma editora.

Carolina Maria de Jesus

Este trabalho pretende abordar questões sobre a importância dos dez anos de implementação da Lei n. 12.711/12 e seus múltiplos desdobramentos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com enfoque no estado do Ceará. No ensaio, discutimos os tensionamentos das lutas travadas na trajetória em diversos espaços e situações que expressam a produção das políticas de ações afirmativas no contexto: as lutas negras e o Edital Específico para Quilombolas e Indígenas.

As descrições desses fenômenos partem da presença e da participação das autoras tendo como marco uma escrita inspirada e trabalhada a partir de cruzamentos e pertencimentos de raça, gênero e outros eixos de diferenciação que constitui cada uma de nós. As escritas-denúncias têm como pano de fundo, as experiências das autoras, mulheres cotistas, estudantes unilabianas e que buscam se inspirar e aplicar as perspectivas políticas e estéticas de Carolina Maria de Jesus.

Apresentamos uma breve descrição da Unilab e os aspectos que caracterizam sua particularidade no cenário das instituições públicas de ensino superior, seguido pela narração de situações marcantes para a compreensão das ações afirmativas na instituição e as resistências negras que cada experiência coletiva gera.

\*\*\*

A Unilab foi criada em 20 de julho de 2010, com base na Lei n. 12.289/10. É uma universidade pública federal brasileira, e está localizada no estado do Ceará, nos municípios de Acarape e Redenção, e no estado da Bahia, no município de São Francisco do Conde. Como diversas instituições públicas de ensino superior, a Unilab é um organismo vivo e pulsante, composto por diversos grupos sociais. A proposta de criação da universidade, em específico, orientava-se para formação de um espaço transnacional de diálogo, produção de conhecimento e solidariedade entre diferentes povos e nações. Assim, destaca-se uma série de grupos politicamente minoritários, entre eles, estudantes internacionais dos países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Ao comentar a criação da instituição, Diógenes et al (2013) argumentam que:



e206786

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i2pe206786>

De acordo com sua Lei de criação “[...] ela têm como objetivo ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar profissionais e cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos e Timor Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico, e educacional”. (Diógenes, et al. 2013: .11).

Após dois anos da institucionalização da Unilab, foi promulgada a lei n. 12.711/2012, que estabeleceu cotas para pessoas pretas e pardas em instituições públicas de ensino superior. A lei foi fruto de luta e resistência do povo negro que enxerga a educação como porta de entrada para o enfrentamento do racismo e das mazelas causadas pela colonização. A confluência de tantos grupos sociais em uma instituição marcada pelo projeto de diálogo e cooperação internacional teve, entre seus efeitos, a formação de um rico universo de organização coletiva e mobilização social, expresso nos diversos grupos, associações e outras formas de agrupamento produzidas na universidade. Além desse cenário favorável, há que se destacar também a reprodução e enfrentamento de violências estruturais na motivação das práticas de associação.

A partir destes desdobramentos, nós mulheres negras cotistas compartilhamos, mesmo que em contextos diferentes, violências que também foram vivenciadas por Carolina Maria de Jesus há mais de sete décadas. Assim como a autora, utilizamos nossas escritas – no formato de poesias, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, além de produções audiovisuais – para denunciar as negações de direitos e propor mecanismos de enfrentamento e superação de combate ao epistemicídio da população negra, com destaque para as experiências de mulheres negras.

As cotas e seus desdobramentos foram ferramentas importantes para confrontar as desigualdades étnicas e raciais no ensino superior, à luz das escritas de Carolina Maria de Jesus. Assim, seguimos o texto pensando nos contextos políticos que influenciaram nas nossas trajetórias como mulheres cotistas na Universidade e sua ressonância a partir das afetações.

### **Descrivendo e reescrevendo nossas trajetórias: vozes carolinas**

Eu Carolina  
 Tu Carolinas  
 Ele Carolina  
 Nós Carolinamos  
 Vós Carolinais,  
 Elas Carolinam !

(Somos Carolinas, poema de Ana Eugenia)

A trajetória das mulheres negras no Brasil se assemelha em diversos aspectos e momentos. Porém, as mazelas sociais têm sua origem no racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira há muito tempo. Dessa forma, somos chamadas a expressar nossas vozes “Carolinas” de denúncia. A negação da educação à população negra foi marcada pela afirmação de que não somos seres humanos, muito menos capazes de aprender. Contudo, temos diversos exemplos que provam o contrário! Carolina Maria de Jesus é uma. Ela nasceu em Sacramento, interior do estado de Minas Gerais, duas décadas após a Abolição da Escravatura, em 1888. Porém, a educação pública não aceitava negras e negros nos bancos escolares. Nesse contexto, Carolina teve a oportunidade de frequentar a escola por dois anos, sendo tempo suficiente para aprender a ler e escrever, algo que mudaria sua vida completamente.

Essa recusa de direitos básicos teve consequências em diversas gerações negras e fez com que a educação brasileira continuasse a reproduzir o racismo epistemológico e anti-negro, desde a educação inicial até o ensino superior. Segundo Nilma Gomes, no artigo “Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça”:

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (Gomes, 2012: 735)

Sabendo disso, o movimento negro organizado lutou pelo acesso à educação para a população negra, tendo como avanços as atualizações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até a institucionalização das cotas nas universidades, garantindo a reserva de vagas para a população negra.

Portanto, a Lei 12.711, promulgada em 2012, faz parte de um conjunto de lutas encabeçadas pelo movimento negro brasileiro. Podemos citar outras conquistas no campo educacional como a lei 10.639 e a 11.645 que regulamenta, respectivamente, o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e a Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

Os discursos racistas e negacionistas ganharam destaque em 2012, mas o que ninguém poderia contestar eram os dados estatísticos que apresentavam a pouca presença negra nas universidades públicas, revelando um abismo racial nos discursos acadêmicos e

políticas para análise da sociedade brasileira. E nesse clima, foi aprovada a Lei de Cotas nas universidades.

Após 10 anos de aplicação das cotas, percebemos as atualizações do discurso falacioso da democracia racial no Brasil, ao afirmar que a negrada já entrou na universidade e não precisa mais de cotas. Segundo Ivan Costa Lima, doutor e professor de Pedagogia da Unilab:

Essa política de negação de si e do outro ainda atormenta milhares de pessoas atualmente no Brasil. É o mesmo “fantasma” que atormentou as elites no início do século XX, o de quererem ser brancas e europeias num país de predominância indígena e negra na sua base de formação. (Lima. 2017: 36).

Dito isso, é possível perceber que as mudanças foram muitas e perceptíveis a partir da aplicação das cotas como forma de ingresso no ensino superior. A entrada de mulheres, homens e não-binários negros, provoca uma alteração nas prioridades estruturais de uma universidade, pois é necessário pensar ações e políticas combinadas para desarticular as armadilhas econômicas e epistemológicas que o racismo aplica nas relações institucionais e sociais. Portanto, a afirmação de uma epistemologia negra é uma constante disputa no universo acadêmico, que busca a visibilidade, valorização e curricularização das intelectualidades negras nas universidades.

## **Unilab: nossas produções de resistência e permanência**

Carolineando existências  
Carolina juntava letras e transformava em vida.  
Sopro de resistências cotidianas  
Registradas em miúdas letras  
E grandes sonhos

(Dayane Moreira)

A política de cotas abriu um mar de oportunidades para diversos jovens negros conhecerem conceitos, ideias e proposições que partem do ponto de vista da população negra e afro-diaspórica. E a Unilab não foi diferente para nós, pois nesse chão, dentre tantos notáveis, conhecemos Carolina Maria de Jesus e logo encontramos pontos comuns da trajetória dela com a nossa, refletido no poema acima.

Para Dayane, Carolina se apresentou através das vivências em espaços formativos, como o Projeto de Pesquisa e Extensão “Sobre o Corpo Feminino nas Literaturas Africanas e Afro-Brasileira”, fundado em 2016, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luana Antunes e no Projeto de Extensão “Lélia Gonzalez, Presente! Projeto de Formação Interdisciplinar, Intelectual e Política sobre o Pensamento Feminista Negro, Conhecimento e Empoderamento de

Mulheres Negras”, fundado em 2021 e coordenado pela professora Jacqueline Costa, ambos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB.

Geyse Anne conheceu Carolina na primeira ida à biblioteca da UNILAB, no campus Liberdade (Redenção), ainda no primeiro semestre do Bacharelado em Humanidades e, levada pela curiosidade, pegou emprestado o livro “Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada”, que foi peça fundamental para continuar e não desistir dos estudos. E Carolina de Jesus sempre presente nos espaços formativos já citados por Dayane, pois ambas participam dos mesmos espaços de fortalecimento acadêmico e afetivo de mulheres negras na UNILAB.

Ana Eugenia, teve acesso aos escritos na graduação de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), mas foi na UNILAB que teve um contato maior com a autora. As memórias acionadas da infância como ausência de alimentação; as violências racistas experimentadas nos diversos espaços escolares; a vivência como empregada doméstica; o desejo de estudar e suas múltiplas dificuldades serviram para um grande encontro com Carolina de Jesus, ora se via como filha, ora como a própria intelectual, mãe solo que, a todo momento, tinha suas escritas questionadas.

E assim começa nossas histórias com essa grande mulher!

A partir desse percurso, fomos, separadamente e em conjunto, apresentando os impactos das produções de Carolina Maria de Jesus em nossas vidas e das mulheres negras ao nosso redor.

Ressaltamos uma das produções-denúncia que surge a partir de Ana Eugenia, Geyse Anne e Antonio Wilame (Jovem Esú): o filme “Carolina Maria de Jesus: facetas de um Brasil desigual”, produzido por meio do financiamento da Lei Aldir Blanc para o I Festival de Cultura na cidade de Acarape/CE.<sup>1</sup> Naquele momento, objetivamos a construção do audiovisual para visibilizar o livro “Quarto de Despejo: Diário de Uma Favelada” nas escolas municipais, mas assim como Carolina de Jesus, fomos violentadas pelo racismo institucional, já que a Secretaria de Cultura de Acarape não garantiu a estrutura necessária, como um projetor que funcionasse para a exibição no Festival.

O processo de escrita das poesias de Dayane Moreira<sup>2</sup> despertou a partir de vivências na Unilab, onde teve acesso a leituras das intelectuais africanas e afro-brasileiras e essas leituras foram se tornando referências e inspiração para as produções. Seus textos mais recentes trazem o impacto de Carolina de Jesus em sua vida.

E assim, os caminhos de nós, Carolinas, cruzam-se nos encontros, nas salas de aula e rodas de conversas pelo campus Palmares - Acarape - Ceará.

Entretanto, nossas produções em conjunto tomam forma a partir do convite da professora Jacqueline Costa (Unilab) e do professor Luiz Fernando (Ufopa) para ministrar uma aula na disciplina “Literatura e Sociedade” (2022), no Mestrado em Letras da Universidade Federal do Oeste do Pará, onde apresentamos nossas produções sobre Carolina Maria de Jesus.

---

<sup>1</sup> Acesse o filme através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=9-cYVBjVass>

<sup>2</sup> Acesse o blog no link: <http://moreiradayane.blogspot.com/?m=1>

Nesse momento, percebemos a potência dessa nova rede que se formava, assim como aponta Ezequiel Nunes de Lima (2020): “as redes de resistências e afroafetos contribuem para a construção de espaços seguros nos quais nós podemos reinventarmos nossa existência”. Como cotistas, estávamos colocando em prática um dos ensinamentos mais importantes para as mulheres negras que: “nossos passos sempre vêm de longe”, ao afirmamos que não deixariamos de desenvolver essa escrita-denúncia de Carolina Maria de Jesus.

### **Narrando fatos: a escrita-denúncia de Carolina a partir das vivências cotistas na Unilab**

Aqui, debruçamo-nos sobre um fato que atinge diretamente as e os cotistas e pessoas negras na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira envolvendo Carolina Maria de Jesus e todas as mulheres negras intelectuais no mundo. Sabemos que os reflexos da presença negra nas universidades e a constante luta por reparação histórica à população negra são desenvolvidas ações pelas universidades como forma de consertar os danos que o racismo provoca na sociedade. Um exemplo disso é a concessão do título de Doutora Honoris Causa à Carolina Maria de Jesus pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2021.

A partir das lutas, resistências e tensionamentos por espaços culturais e de socialização entre comunidade e universidade – construiu na Unilab um centro cultural no campus Auroras - Redenção em 2022, objetivando o [re]conhecimento da importância de uma personalidade negra para levar o nome desse Centro. Eis que o nome de Carolina Maria de Jesus foi o escolhido pela comunidade acadêmica por votação eletrônica. A alegria coletiva foi grande, pois uma mulher negra seria a homenageada, algo que também é fruto da nossa resistência em manter viva e latente a presença da literata Carolina Maria de Jesus e de toda intelectualidade africana e Afro-brasileira na UNILAB. Porém, a felicidade durou até a data de inauguração do centro cultural onde vivenciamos mais uma violência institucional inusitada.

Ocorre que a Universidade errou a sequência do nome da intelectual na placa oficial, ao escrever invertidamente “Maria Carolina de Jesus”. Tal fato evidenciou mais uma das diversas violências cometidas às mulheres negras, sejam elas intelectuais ou não. Desse modo, faz-se necessário refletir sobre o ocorrido, com as seguintes questões: A quem são destinados os lugares de memórias nos diversos espaços dentro ou fora da academia? Qual o lugar das epistemologias produzidas pelas mulheres negras nos espaços acadêmicos? Que reflexão a instituição pode fazer, junto ao seu corpo discente, docente e técnicos para que esse tipo de situação não ocorra mais?

Tais indagações são fundamentais para uma reparação histórica, de modo a legitimar e institucionalizar cada vez mais os saberes, fazeres e talentos de populações afro-brasileiras, como é o caso de Carolina Maria de Jesus e tantas outras que continuam na invisibilidade.

Utilizamos de nossas escritas para manifestar nosso repúdio ao racismo institucional cometido pela atual gestão da Unilab e, assim, exigimos reparação pública, reinauguração do Centro Cultural com a placa nova e o nome certo de Carolina Maria de Jesus.

Assim, reforçamos nossa inspiração em dar continuidade com as escritas e escrevivências pontuada por Conceição Evaristo<sup>3</sup> como forma de descrever experiências, denúncias e singularidades das trajetórias de mulheres negras do ontem e hoje. Escrevemos e produzimos artes!

## **A Unilab também é indígena e quilombola**

Neste momento, continuamos com o fio condutor que é a escrita-denúncia, agora sobre um dos desdobramentos da Lei de Cotas, que foram as ações afirmativas de ingresso ao ensino superior para outros segmentos da sociedade brasileira como indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas trans, dentre outros.

As ações afirmativas vêm sendo atacadas duramente pela atual gestão universitária da Unilab e teve o aval do governo de extrema-direita que desmontou os recursos da educação pública entre 2019 a 2022.

Em meados de 2017, aconteceu no chão do Quilombo Sítio Veiga-Quixadá, sertão central cearense, o 17º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas (cf. Silva, 2017 para mais). As políticas sociais como território livre, educação, saúde, moradia, segurança alimentar e respeito ao modo de ser e viver dessa população, continuam sendo pautas latentes para o povo quilombola.

Aqui, trataremos da educação, com destaque à importância do Edital Específico para Indígenas e Quilombolas na UNILAB<sup>4</sup>, pois ele é fruto de lutas e tensões dos movimentos sociais, de ontem e de hoje.

O Edital Específico para Indígenas e Quilombola da Unilab (EEIQU) nasceu sobre o solo sagrado do Quilombo Veiga (cf. Silva et al, 2022) e teve como “mãe de umbigo” lideranças e juventude quilombolas de diversas regiões, discentes e docentes de várias universidades, em destaque, a UNILAB. Contou também com a presença das professoras Eliane Costa, Jaqueline da Silva e do professor Ivan Silva, além do discente guineense Samora Caetano e Jeovane Silva, quilombola cearense do Quilombo de Alto Alegre, município de Horizonte.

Ao ouvir a juventude quilombola debater sobre a dificuldade de acessar o ensino superior e o desejo de ocupar a academia como direito constitucional, discentes e docentes

---

<sup>3</sup> Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Autora dos livros: *Ponciá Vicêncio*, *Becos da memória*, *Insubmissas lágrimas de mulheres*, *Olhos D'água*, *Histórias de leves enganos e parecenças* e *Canção para ninar menino grande*.

<sup>4</sup> A presença dos povos Indígenas e Quilombolas na Unilab, é fruto das lutas e resistências desta população, que almeja ingressar e permanecer no ensino superior. Os dois anos de durabilidade do edital, deve servir como base para orientar gestores dentro e fora da academia. É preciso refletir sobre a importância de considerar a especificidade dos povos tradicionais, pois as cotas não dão conta da diversidade e necessidade desta população. Ver mais em Ferreira et al (2022).

retornam do Encontro Estadual dos quilombolas fortalecido e dispostos a serem a voz daqueles e daquelas que também retornavam para seus territórios. Sempre foi luta, sangue e suor de nosso povo para acessar e assegurar direitos, mesmo firmados pela lei. É preciso pisar firme sobre o chão para garantir o garantido. E assim foi, está sendo e será. LUTA.

A presença e participação popular nesse encontro mudou a vida em territórios indígenas e quilombolas, sejam cearenses ou baianos e até da própria instituição. Assim como as cotas mudaram a cara das universidades, o EEIQU mudou também a imagem da UNILAB, seja na diversidade e na produção de conhecimento ou no fortalecimento social, político, econômico e cultural dos que ingressaram e dos que ficaram nos territórios.

Tal movimento ocorrido no Encontro Estadual do Quilombolas transformou toda a estrutura da sociedade, como mostra a seguir:

Nós não imaginávamos que do 17º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas do Ceará, em outubro de 2017, nasceria a garra de impulsionar coletivamente o ingresso de quilombolas e indígenas na Unilab. A força das comunidades quilombolas reunidas e representadas por 150 lideranças, que priorizaram pautar a ausência desses corpos na universidade, mudou a vida de centenas de jovens e adultos ao promulgar o Programa de Ações Afirmativas (Ferreira et al, 2022:144).

Desta forma, o ganho foi para todos, quer sejam movimentos sociais, universidade ou sociedade. Sempre que escrevemos sobre o edital, revivemos o 17º encontro estadual dos quilombolas e vemos o quanto é significativo nos somarmos à luta para garantia de direitos, pois “juntas” somos mais fortes e resistentes. Compartilhamos essa experiência, para destacar o compromisso que devemos assumir, quando estamos e ocupamos espaços na sociedade. Ressaltamos que as escritas em torno do referido edital, tem como enfoque a população quilombola do Ceará, pois é o chão que pisamos mais forte, nosso chão-base-mãe, nosso Chão-Quilombo-Útero-Mãe.

No Ceará, existem mais de 100 territórios quilombolas acompanhados pela Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE). Até o início de 2017, havia somente um quilombola na UNILAB, no curso de Bacharelado em Humanidades. A questão é latente. Afinal, por que essa população estava ausente da academia? Quais mecanismos devem ser pensados para acesso e permanência, para além das cotas?

Pois bem, dois anos de duração do edital, com base na especificidade, foi o bastante para responder tais questões e, de 2017 a 2019, foram cinco editais<sup>5</sup>, com o total de 47 quilombolas cearenses nos diversos cursos por meio das vagas ociosas.

A partir da experiência exitosa do edital específico para a população quilombola e indígena, a população LGBTQIA+ também se organizou e construiu, dentro dos espaços institucionais da UNILAB, o Edital n. 09/2019, com as orientações para o processo seletivo

---

<sup>5</sup> As entradas, números de editais, quantitativos de indígenas e quilombolas no Ceará e Malês, ver mais em:(Ferreira et al, 2022: 136).

específico para candidatas(os) transgêneras(os) e intersexuais, com o objetivo de criar oportunidades para essa população, pois, conforme nota da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, “estima-se que cerca de 70% não concluiu o ensino médio e que apenas 0,02% encontram-se no ensino superior” (ANTRA, 2020: s/p).

Porém, toda a comunidade unilabiana foi surpreendida com o cancelamento do Edital por parte da Reitoria, com o apoio público do ex-presidente Jair Bolsonaro, em seu perfil do Twitter, no dia 16 de julho de 2019, 06 dias após divulgação do edital nos canais oficiais da universidade. Rapidamente, o Diretório Central Estudantil (DCE) convocou uma plenária no campus Palmares (Acarape) junto com as representações que estavam a frente do processo, para discutir os rumos da defesa do Edital 09/2019 e o encaminhamento foi a imediata ocupação do campus Liberdade até o retorno de sua publicação.

A ocupação logo foi nomeada de “Ocupação 120 transformadas”, fazendo referência a quantidade de vagas que seriam destinadas a esse público. Este processo recebeu o apoio dos diversos movimentos sociais presentes na universidade, assim como dos povos quilombolas e indígenas. O que não poderíamos imaginar era que o cancelamento do edital nº 09/2019 também resultaria no desmonte completo do edital específico para quilombolas e indígenas na UNILAB, além da intensificação da perseguição daquelas e daqueles que lutam por uma universidade inclusiva e democrática. Com a descontinuidade do edital, as portas da Unilab foram fechadas novamente. Desde então, estamos em luta e na resistência, agora não mais pelo Edital Específico, mas pela Política de Ações Afirmativas que leve em consideração diversos corpos e corpos que historicamente continuam fora dos espaços acadêmicos.

E assim foi criado o Grupo de trabalho com representantes de diversos segmentos e movimentos sociais: indígenas, quilombolas, ciganos, comunidades tradicionais, ingresso de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência e pessoas trans/travestis. Foram realizadas diversas rodas de conversas, debates e palestras com outras instituições (UFBA e UnB) que atuam com Política de Ação Afirmativa.

Após a partilha de saberes, foi elaborada uma Proposta de Programa de Ações Afirmativas, pelas seguintes pessoas:

[...] as Profas. Eliane Costa Santos (Presidenta), Jacqueline da Silva Costa (Vice-Presidenta) e os Profs. Arilson dos Santos Gomes (Coordenação de Direitos Humanos – CDH). Assim, após definir os grupos a serem atendidos, definiu-se também a metodologia de trabalho, por conseguinte as (os) representantes desses grupos. São elas (es), SEPPIR: Evaldo Ribeiro Oliveira (SEPIR); CDH: Nahiana de Souza Marano; Representação da Pauta Quilombola: Ana Eugênia da Silva, Antônio Jeovane da Silva Ferreira, Joselita Gonçalves dos Santos (Dona Joca), Jucélia Bispo dos Santos, Zelinda dos Santos Barros. Representante da Pauta Indígena: Caroline Farias Leal Mendonça Adelson Kaimbe, Ana Cláudia Gomes de Souza, Lauriane Tremembé, Eduardo Kanindé, Representação da Pauta dos Refugiados: Mighian Danae Ferreira Nunes, Outros Povos

Tradicionais: Rafael Palermo Buti e Sanatra Silva Roseira, Pessoas com Deficiência: Ana Rita de Cássia Barbosa, Manoel Martins, Tamara Vieira da Silva, Vanessa Nogueira; Representante da Pauta da População Trans: Caterina Alessandra Rea, Eliaquim Gonçalves, Vânia Maria Ferreira Vasconcelos e Sol Alves, Povos Ciganos: Lailson Ferreira da Silva e Flor Fontenele; Jovens Egressos de Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Flor Fontenele e Joserlene Lima Pinheiro. (Ferreira et al, 2022: 140).

As diversas representações supracitadas elaboram uma proposta, que foi instituída pela Portaria nº 438, de 19 de outubro de 2020, ao qual foi publicado com alterações por meio da Resolução CONSUNI/UNILAB n. 40, de 20 de agosto de 2021 e que constitui o Programa de Ações Afirmativas da UNILAB. Em seguida, foi criado o Comitê de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas, denominada (CAPAF), onde cada segmento tem sua representação.

As reuniões aconteciam mensalmente com representações da atual gestão e com discentes representantes dos movimentos sociais. Porém, nossas vozes não eram respeitadas completamente, diferente do GT. As propostas já chegavam prontas pelos membros da atual gestão e os conflitos só aumentavam, pois “nada sobre nós sem nós”.

Assim, o primeiro presidente saiu. Com a segunda, aconteceu o mesmo e a terceira presidenta foi nomeada, no entanto, nunca houve sequer uma reunião com os representantes dos movimentos. Durante a atuação da segunda presidenta, foi elaborado o Edital ao qual é denominado “Políticas de Ações Afirmativas”, tendo como critério a nota do ENEM. Destacamos que esse processo ocorre sem a presença e participação dos diversos segmentos sociais supracitados.

Esse fato evidenciou e evidencia o total desrespeito para com essa população, gerando indignação e adoecimento em nossas vidas. Embora a nota do ENEM esteja contida na Resolução de nº40, de 20 de agosto de 2021 como forma de ingresso desses estudantes, a luta atual é para que também seja implementada a outra forma de ingresso contida na mesma resolução Art. 9º que trata de um processo seletivo especial (Vestibular específico), assim como a revisão desta Resolução. Portanto, ressalta-se que, até o momento atual, essa política elaborada e sonhada por nós não entrou em vigor nos moldes em que nós, dos diversos segmentos sociais, desenhamos e almejamos.

A luta continua!

### **Considerações (afro)referenciadas**

Desse modo, destacamos os dez (10) anos das cotas e seus múltiplos desdobramentos como instrumento para democratizar o acesso da população negra - e demais segmentos mencionados anteriormente - no ensino superior.

As vivências das pesquisadoras, militantes negras Carolines, apresentadas ao longo deste trabalho, expressa-se na UNILAB como instrumento de denúncia das múltiplas

violências a qual mulheres negras são submetidas cotidianamente nos diversos espaços dentro e fora da academia.

Tanto as cotas quanto o Edital Específico para Indígenas e quilombolas, grupos de estudos e pesquisa foram e são fundamentais para gerar mudanças efetivas nos espaços de disputas epistemológicas nas universidades públicas no Brasil, em especial na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab).

Portanto, ações afirmativas mudaram e mudam o cotidiano das universidades brasileiras, assim como nossas lutas são reflexos da necessidade de mais mudanças com o objetivo de construir espaços seguros para aquelas que ainda estão por vir.

Por isso, Carolina Maria de Jesus permanece viva e atuante nos reflexos e reflexões de nós, mulheres cotistas na UNILAB, através do tempo- espaço.

Somos convocadas a continuar lutando para que a política de cotas seja renovada como forma de enfrentar e destruir o racismo vigente na sociedade brasileira, visando a garantia de direitos das futuras “Carolinas” nas produções e vivências que tecem histórias, saberes e lutas em busca do nosso bem-viver.

## Referências Bibliográficas

- DIÓGENES, Camila Gomes; AGUIAR, José Reginaldo. 2013. *Unilab: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul*. Redenção: UNILAB.
- FERREIRA, Antônio Jeovane da Silva; SANTOS, Eliane Costa; COSTA, Jacqueline Silva da. 2022. Ingresso de Quilombolas e Indígenas na Unilab: Uma proposta que nasce no quilombo Sítio Veiga- Quixadá/CE. *Horizontes- Revista de educação*, vol. 9, n 18: 119-147. DOI 10.30612/hre.v11i18.16601
- GOMES, Nilma Lino. 2012. Movimento Negro e Educação: resignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, vol. 33, n. 120: 727-744. DOI 10.1590/S0101-73302012000300005
- JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. 10. ed, São Paulo, Ática, 2014. 200p.
- LIMA, Ezequiel Nunes. 2020. *Jornalistas pretas e pretos: (RE) Construir lugares seguros para o Fortalecimento de Redes de Apoio, redes de apoio, redes de apoio, redes de resistência e redes de afroafetos*. Trabalho de conclusão de curso: bacharelado em Humanidades. Acarape (CE): Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
- LIMA, Ivan Costa. 2017. *Historia da educação do negro(a) no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo*. Curitiba: Appris.
- SILVA, Ana Maria Eugenio da. *As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá-Ce.*(Dissertação) Redenção-ce, 2021.
- SILVA, Ana Maria Eugenio; FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva; NASCIMENTO, João Luis Joventudo; RAFAEL, Francisco Levy Freitas. 2020. Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará. *Cadernos De Campo* vol. 29, supl: 235-243. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp235-243

**sobre as autoras e autores** **Ana Maria Eugenio da Silva**

Quilombola e dançadeira de São Gonçalo. Doutoranda em História Social (UFC). Mestre em Humanidades (Unilab), Graduada em Antropologia (Unilab). Bacharela em Serviço Social (UECE).

**Geyse Anne Souza da Silva**

Mulher negra e multiartista. Bacharela em Humanidade e graduanda em Pedagogia, ambos pela Unilab.

**Dayane da Silva Moreira**

Assistente Social. Bacharela em Humanidades e graduanda em Pedagogia, ambos pela Unilab.

**Autoria:** As autoras foram todas responsáveis pela redação do ensaio e colaboraram na sistematização das informações, construção do argumento e revisão do texto.

**Financiamento:** A produção deste artigo não contou com apoio de nenhuma agência de fomento.

Recebido em 30/09/2022.

Aprovado para publicação em 27/12/2022.